



FRENTE NACIONAL DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA
(F.N.L.A)

**DECLARAÇÃO POLÍTICA DO DEPUTADO
LUCAS BENGHY NGONDA POR OCASIÃO DA 6^a.
REUNIÃO PLENÁRIA DA IV LEGISLATURA DA
ASSEMBLEIA NACIONAL, AOS 20 DE JUNHO DE
2019.**

Excelências,

Senhor ^aPresidente da Assembleia Nacional *em exercício*
Estimados Membros da Mesa da Assembleia Nacional
Honoráveis Deputados
Ilustres Representantes do Titular do Poder Executivo
Distintos Convidados
Minhas Senhoras
Meus Senhores

A Assembleia Nacional é chamada a analisar e aprovar a Conta Geral do Estado do Exercício de 2017. Os Orçamentos que aqui votamos constituem a esperança no melhoramento das vidas das nossas populações, engendrando expectativas do progresso social. Assim, os balanços da sua execução deveriam corresponder a passagens de uma etapa para a outra no sentido de

melhor aplicação das despesas do Estado para o bem estar da população angolana.

Para melhor enquadramento das despesas destinadas à reconstrução do país no sentido de criar as condições de autossuficiência, foi concebido um Plano Nacional do Desenvolvimento de 2012- 2017. No fim deste período não sentimos os efeitos positivos na resolução dos problemas concretos contemplados pelo referido plano. Continuamos a sentir as mesmas dificuldades, cada ano económico que passa, os problemas **não** ultrapassados e **são** repetitivos em quase todos os Orçamentos. Nesta Conta Geral do Estado ora em discussão, o Parecer do Tribunal de Contas enumera vários programas concebidos e financiados mas não concluídos ou não executados. Escolas não construídas, vias secundárias das estradas da Repúblicas que se degradam de dia para dia, impedindo o escoamento de produtos dos campos para as principais cidades. Um simples programa de compra de mosquiteiros não foi concluído o que pressupões a morte de milhares pessoas que não foram contempladas por este programa.

A impressão que temos neste momento, é que depois dos avanços verificados de um crescimento económico que julgávamos exponencial entre os anos 2002- 2014, o país entrou num período de regressão irreversível, instalado na dita crise, que agora justifica todos os outros fracassos e outros negócios obscuros feitos à

sombra da crise, facto que tem justificado a anulação de certos contratos, apelando à transparência dos mesmos.

O Parecer do Tribunal de Contas sobre a Conta Geral do Estado do Exercício Económico de 2017, fez 97 constatações e 64 recomendações depois de ter avaliado as incongruências e os incumprimentos na execução dos programas, ao invés de a devolver, pelo espírito do sistema, trouxe-a aqui na Assembleia para uma simples formalização. Estas conclusões demonstram sobejamente que o país está numa fase regressiva acentuada relativamente ao grau do cumprimento dos seus programas. Os sectores que deveriam ajudar as populações na luta para o combate à pobreza crónica e a fome mortal, não têm merecido a devida atenção e a persistência na aplicação dos programas concebidos.

Quanto às insuficiências na arrecadação de receitas fiscais, elas, resultam do facto da desorganização do sistema tributário nacional e da falta de um levantamento planificado dos contribuintes nacionais. O Cidadão Angolano desconhece o imposto normal que deve pagar no fim de cada ano económico, desde que atinja a maior idade, como acontece em qualquer parte do mundo; e para se cobrir as imensas falhas do sistema tributário nacional foi-se buscar o IVA, o Imposto sobre o Valor Acrescentado como paliativo. Nós estimamos que este é um imposto para os países de economias bem organizadas. Num país como o nosso, onde os próprios empresários não têm uma morada certa, um